

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	9
1. A Releitura do Princípio do Acesso à Justiça no Direito Brasileiro	13
1.1 As transformações na noção de “acesso à justiça”	13
1.2 As três ondas do acesso à justiça	20
1.3 A releitura do acesso à justiça no sistema jurídico brasileiro...	25
2. Atual Panorama das Execuções Fiscais no Brasil: Das Causas às Possíveis Soluções	33
2.1 O crescente aumento da litigância tributária	33
2.2 A busca de possíveis soluções para o atual panorama do sistema tributário brasileiro	41
2.2.1 Os meios de prevenção de litígios em matéria tributária..	41
2.2.2 A busca por um novo modelo de cobrança do crédito tributário	44
2.2.3 A busca pela cooperação entre fisco e contribuinte	53
3. Os Meios Alternativos de Solução de Conflitos Tributários como uma Possível Aproximação entre Fisco e Contribuinte	57
3.1 Transação tributária	57
3.2 Mediação e conciliação tributária	61
3.2.1 A compatibilização da mediação e da conciliação ao Direito Tributário.....	61

3.2.2 A criação das câmaras de mediação e conciliação na Administração Pública	69
3.2.3 Possíveis vantagens e desvantagens da mediação e da conciliação tributária	74
3.3 Arbitragem tributária	80
3.3.1 Compatibilização das normas de arbitragem ao Direito Tributário.....	81
3.3.2 Possíveis vantagens e desvantagens da arbitragem tributária	89
3.3.3 A experiência portuguesa	95
4. A Cultura Jurídica Brasileira como Obstáculo ao Uso dos Meios Alternativos de Solução de Conflitos	101
4.1 A influência da cultura nos sistemas jurídicos	101
4.2 Tradições jurídicas: civil law e common law	107
4.3 Os principais obstáculos culturais ao uso dos meios alternativos de solução de conflitos	111
4.3.1 O anseio pela manutenção do poder jurisdicional.....	112
4.3.2 A mentalidade adversarial	115
4.4 As dificuldades culturais de implantação dos meios alternativos de solução de conflitos em ações de “interesse público”	119
4.4.1 Obstáculos à implantação dos meios alternativos no âmbito tributário	126
4.4.1.1 Princípio da igualdade	126
4.4.1.2 Princípio da legalidade.....	131
4.4.1.3 A (in)disponibilidade do crédito tributário	136
Considerações Finais.....	141
Referências	145